



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000388926

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1124235-76.2024.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante EMILIA MARIA DE SA NUNES, é apelado PARANÁ BANCO S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma III (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores IRINEU FAVA (Presidente sem voto), GILBERTO FRANCESCHINI E PEDRO FERRONATO.

São Paulo, 23 de abril de 2025.

MARA TRIPPO KIMURA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº: 3177

APELAÇÃO Nº: 1124235-76.2024.8.26.0100

COMARCA: SÃO PAULO

ORIGEM: 14ª VARA CÍVEL – FORO CENTRAL

JUIZ DE 1ª INSTÂNCIA: CHRISTOPHER ALEXANDER ROISIN

APELANTE: EMILIA MARIA DE SA NUNES

APELADO: PARANÁ BANCO S/A

DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. CONTRATOS BANCÁRIOS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LIMITAÇÃO DE JUROS ABUSIVOS. SENTENÇA IMPROCEDENTE. RECURSO DA AUTORA NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Recurso interposto pela autora contra sentença que julgou improcedente ação revisional de contratos de empréstimo consignado para limitação de juros remuneratórios que alega abusivos.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. A questão em discussão consiste em verificar a legalidade dos juros remuneratórios dos contratados, inclusive quanto ao Custo Efetivo Total (CET) do contrato em conformidade com a Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28, de 2008.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. A taxa de juros não se confunde com o CET, e não houve comprovação de que os juros remuneratórios superam os limites estabelecidos na Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28 de 2008, com alterações pela Instrução Normativa PRES/INSS nº 106 de 2020. Ausência de abusividade.

IV. DISPOSITIVO

4. Recurso de apelação não provido.

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra r. sentença de fls. 146/152, cujo relatório é adotado, que julgou improcedentes os pedidos da autora, condenando-a ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios arbitrados, por equidade, em R\$ 500,00.

Inconformada, a autora recorre às fls. 155/168, alegando que a taxa de juros cobrada é abusiva, pois é superior à contratada e àquela prevista na Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, sem observar a limitação também do CET. Pretende a reforma da sentença para que seja determinada a revisão do

contrato, com adequação da taxa de juros ao limite da taxa de juros divulgado pelo INSS.

Contrarrazões às fls. 178/191.

Recurso tempestivo e preparado (fls. 196).

Não houve oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

Inicialmente, a configuração da advocacia predatória demanda o ajuizamento de ações em massa oriundas do uso indevido de dados dos consumidores, muitas vezes, sem o próprio consentimento deles. No caso, o réu sustenta que o patrono da autora atua em advocacia predatória em razão da quantidade expressiva de ações idênticas ajuizadas em face do réu.

Não merece acolhida sua argumentação no caso em comento, pois inexistem elementos de que a atuação profissional do patrono extrapola os limites do exercício combativo na defesa dos interesses dos consumidores. A mera busca pela proteção dos direitos e garantias constitucionais dos consumidores não pode ser limitada ou quantificada. Nessa toada, não foi constatada pelo juiz da causa a alegada prática de advocacia predatória.

De todo modo, o Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Numopede), ligado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, atua na análise da distribuição de processos e/ou por provocação das unidades judiciais, identificando práticas fraudulentas reiteradas, selecionando as melhores estratégias para enfrentar os problemas, com monitoramento contínuo. Portanto, se abuso houver, há órgão competente para a apuração.

Tampouco reconheço violação ao princípio da dialeticidade. As razões de apelação enfrentam a r. sentença, não estando os argumentos da apelante dissociados dos fundamentos da decisão vergastada.

Afasto, pois, as preliminares aventadas pelo réu em suas contrarrazões.

No mérito, o recurso não comporta provimento.

A apelante impugna cláusulas de contrato de empréstimo consignado nº 77011295881-101, no valor total de R\$ 2.181,41, em 84 parcelas de R\$ 52,24, firmado com o banco réu em 07/12/2020 (fls. 34). Conforme contrato juntado pelo apelado às fls. 112/115, a operação prevê taxa de juros de 1,65% ao mês e 21,70% ao ano, além de CET de 22,24% ao ano.

À época da celebração do contrato, estava vigente a Instrução Normativa PRES/INSS nº 106, de março de 2020, que alterou o artigo 13, inciso II, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de maio de 2008, estabelecendo o teto da taxa de juros mensais para empréstimos consignados em 1,80% ao mês.

Assim, a taxa de juros contratada estava em conformidade com a limitação legal, não se havendo falar em abusividade no presente caso.

É preciso lembrar que a taxa de juros não se confunde com o custo efetivo total (CET). Nesse sentido, o Ministro Antonio Carlos Ferreira, do C. Superior Tribunal de Justiça, destaca com precisão que:

“(...) Ademais, também não prospera o argumento de que o Custo Efetivo Total (CET) é superior à média de mercado, o que caracterizaria a abusividade da avença. Com efeito, o "Custo Efetivo Total (CET) é a taxa que corresponde a todos os encargos e despesas incidentes nas operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas, microempresas ou empresas de pequeno porte", devendo "ser expresso na forma de taxa percentual anual, incluindo todos os encargos e despesas das operações, isto é, o CET deve englobar não apenas a taxa de juros, mas também tarifas, tributos, seguros e outras despesas cobradas do cliente, representando as condições vigentes na data do cálculo" (disponível em <http://www.bcb.gov.br/?CETFAQ>, acessado em 06/04/2014). Por conseguinte, sendo a taxa de juros remuneratórios apenas um dos encargos componentes da CET, não assiste razão ao agravante, quando pretende comparar uma taxa composta por vários elementos com a taxa média de apenas um daqueles que a integram, no caso, a média dos juros remuneratórios divulgada pelo Banco Central do Brasil.” (AgRg no AREsp 469.333/RS, Rel. Ministro Antonio

Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 04/08/2016, REPDJe 09/09/2016, DJe 16/08/2016).

Igualmente, é o que preconiza a Resolução nº 3.517/2017 do Banco Central do Brasil, em seu artigo 1º, parágrafo 2º. *“O CET deve ser calculado considerando os fluxos referentes às liberações e aos pagamentos previstos, incluindo taxa de juros a ser pactuada no contrato, tributos, tarifas, seguros e outras despesas cobradas do cliente, mesmo que relativas ao pagamento de serviços de terceiros contratados pela instituição, inclusive quando essas despesas forem objeto de financiamento.”*

A Instrução Normativa nº 28 do INSS fixa um limite máximo para a taxa de juros remuneratórios. Assim, imperioso concluir que, no presente caso, os juros aplicados nas parcelas do empréstimo não violam a referida normativa do INSS. Nesse sentido, já se manifestou este Egrégio Tribunal:

“Ação revisional de contrato bancário. Empréstimo consignado. Instrução Normativa nº 28, do INSS, que limita a taxa de juros remuneratórios. Juros remuneratórios que não se confundem com o custo efetivo total (CET). Ausência, “in casu”, de violação da norma do INSS. R. sentença mantida. Recurso de apelação não provido.” (TJSP; Apelação Cível 1030478-08.2023.8.26.0506; Relator (a): Roberto Mac Cracken; Órgão Julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Foro de Ribeirão Preto - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 05/07/2024; Data de Registro: 05/07/2024).

Cumprе salientar que o contrato em questão foi claro quanto à especificação dos juros, tributos e tarifas aplicáveis, discriminados de maneira individualizada e destacada no próprio instrumento contratual. Dessa forma, em nenhum momento houve qualquer falta de transparência ou afronta ao princípio da boa-fé.

Ante o exposto, de rigor o desprovimento do recurso, mantida a r. sentença pelos fundamentos nela expostos.

Pelo não provimento do recurso, majoro os honorários



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sucumbenciais em R\$ 300,00, resultando em R\$ 800,00, com fundamento no art. 85, §11, CPC e tema 1059 do STJ.

Finalmente, apenas para evitar futuros questionamentos desnecessários, tenho por expressamente ventilados, neste grau de jurisdição, todos dispositivos legais e constitucionais citados em sede recursal.

Observo ainda que a função do julgador é decidir a lide de modo fundamentado e objetivo, portanto desnecessário o enfrentamento exaustivo de todos os argumentos elaborados pelas partes.

Isto posto, pelo meu voto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

MARA TRIPPO KIMURA

Relatora